

## APRESENTAÇÃO

### PRESENTATION

Em mais uma edição da Revista Direitos Culturais (ISSN: 2177-1499 eletrônico e 1980-7805 impresso), organizada e publicada pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – campus de Santo Ângelo/RS, mais uma vez, primamos por proporcionar aos leitores, análises e perspectivas sobre temas atuais e complexos, contando com a participação de autores de inúmeras instituições de ensino superior e de vários estados do país, trazendo artigos sobre diversas temáticas, sempre conectados às linhas de pesquisa do programa: I - Direito e Multiculturalismo e II - Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos, conforme orientação sugerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para publicação de periódicos científicos.

Conscientes de que o aumento qualitativo da produção acadêmica no Brasil, está inexoravelmente relacionado ao fortalecimento dos periódicos científicos, a Revista Direitos Culturais, engajada nessa proposta de melhorias, oportuniza a publicação, quadrimestralmente, de artigos e resenhas, por pesquisadores de todo o Brasil, assim como de países estrangeiros, passando pelo duplo processo de avaliação, *double blind review*, privilegiando o critério da exogenia, tanto para avaliadores como para autores.

Nesse número, Kiwonghi Bizawu, Ulisses Espártacus de Souza Costa e Flávio Henrique Rosa, realizam uma abordagem sobre “Área de segurança militar: conflito com os Direitos Constitucionais de delimitação, demarcação e propriedade garantidos aos quilombolas sobre as terras ocupadas”, com o escopo de analisar o conflito da Marinha Militar brasileira com os remanescentes de quilombolas na disputa por terras posteriormente designadas como áreas de segurança do Estado. Edson Damas Silveira, Rômulo Souza Barbosa, em “Ensino Superior como valor universal pós moderno e a experiência do Instituto Insikiran de formação indígena em território amazônico” analisam, a partir de pesquisa empírica, o papel da universidade diante das demandas multiétnicas e multiculturais próprias do atual momento civilizatório. Em “Decrescimento e o bem-viver: ensaios sobre a perspectiva de um horizonte sustentável”, Gustavo Silveira

Borges e Rafael Leandro buscam ressaltar a importância da teoria do decrescimento e a cultura andina acerca do bem-viver para um meio-ambiente realmente sustentável. Douglas Verbicaro Soares, em “10 canciones brasileñas: ejemplos para la concientización social en el país sobre la homosexualidad”, utiliza a música como instrumento de conscientização social e alternativa de sensibilização sobre o tema da diversidade sexual. Já no artigo “A relação entre o direito geral e os direitos especiais da personalidade no Direito Alemão”, Leonardo Estevam de Assis Zanini realiza um breve estudo sobre o regime jurídico dos direitos da personalidade no direito alemão.

Saulo Nunes de Carvalho Almeida, Maria Lírida Calou de Araújo e Mendonça e Vicente de Paulo Augusto de Oliveira Júnior, trazem contribuição relevante sobre “A Lei Rouanet de incentivo à cultura e o princípio da não afetação de receitas”, com abordagem crítica ao modelo de incentivo fiscal federal, com base na dedução de Imposto de Renda. Roberto Bustillo Bolado, em “La posible reforma de la Constitución en España: oportunidad/in oportunidad del momento, y tres propuestas medioambientales”, explica as origens do atual texto constitucional espanhol, discutindo a (in)oportunidade de uma possível reforma. Já o texto “La implementación del Derecho Humano al Agua en el Derecho Argentino. un estudio de caso”, Mariano Castillo, em pesquisa empírica, apresenta os fundamentos para o reconhecimento do direito humano a água no plano internacional. Liton Lanes Pilau Sobrinho, Leone Frizon e Micheli Piucco, refletem sobre “Direitos Humanos: da democracia participativa à eficácia dos direitos fundamentais”, com considerações acerca da efetivação dos Direitos Fundamentais de forma plena, através da democracia participativa. Por fim, Fernando Rister de Sousa Lima e Orlando Villas Bôas Filho, “Por uma descrição da justiça em Luhmann”, descrevem a justiça enquanto fórmula de contingência, apontando a especificidade que o autor atribui à abordagem do direito para, em seguida, sublinhar aspectos essenciais de sua visão acerca da justiça.

Os textos ora publicados, são resultado de pesquisas realizadas por Universidades Nacionais e Estrangeiras com quem o PPGD da URI, Campus de Santo Ângelo, mantém relações de cooperação. Além de fomentar a pesquisa interinstitucional, com o desenvolvimento de projetos, compartilhamento de problemas e experiências comuns, os trabalhos materializam a solidariedade nacional e internacionalização da Instituição, formalizados por convênios, parcerias, redes e intercâmbios.

Assim, nessa edição, os leitores encontrarão nos artigos da revista, temas instigantes, que semearão, de imediato, o gosto pela pesquisa e a ampliação do debate acadêmico.

Desejamos a todos, uma excelente e proveitosa leitura!

Os Editores!